

RECURSO ESPECIAL Nº 1.747.016 - RS (2018/0138834-2)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : RAFAEL SGANZERLA DURAND - RS080026A
RECORRIDO : COOPERATIVA AGROPECUARIA MISTA ASSISENSE LTDA
ADVOGADOS : ELVIO JULIANO DOS SANTOS BERNARDI - RS055900
CAMILA MARLUCE ROÓS DEPONTI - RS082477
MILENE OLIVEIRA DE CARVALHO - RS080206
AGRAVANTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI E
OUTRO(S) - SP257220
JOSUE SCHEER DREBES - RS080499
AGRAVADO : COOPERATIVA AGROPECUARIA MISTA ASSISENSE LTDA
ADVOGADOS : ELVIO JULIANO DOS SANTOS BERNARDI E OUTRO(S) -
RS055900
CAMILA MARLUCE ROÓS DEPONTI - RS082477
MILENE OLIVEIRA DE CARVALHO - RS080206
INTERES. : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
ADVOGADOS : ALBERTO NODARI - RS036407
AUREO ANTONIO POSSER APPEL E OUTRO(S) - RS029974

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por BANCO BRADESCO S/A contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base nestes fundamentos: *i*) o recurso especial é via imprópria para se alegar ofensa a dispositivo constitucional; *ii*) incidência da Súmula 83/STJ; *iii*) incidência da Súmula 283/STF e *iv*) ausência de demonstração do dissídio jurisprudencial.

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade dos seguintes óbices: *i*) o recurso especial é via imprópria para se alegar ofensa a dispositivo constitucional; *ii*) incidência da Súmula 83/STJ; *iii*) incidência da Súmula 283/STF e *iv*) ausência de demonstração do dissídio jurisprudencial.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, condeno a parte agravante, a título de honorários recursais, ao pagamento de mais R\$ 500,00 (quinhentos reais) em favor do procurador da parte agravada.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora